

A CEGUEIRA E A INCAPACIDADE DE VÍTOR GASPAR E DO GOVERNO PARA COMPREENDER O FUNCIONAMENTO DA ECONOMIA REAL E OS PROBLEMAS DO PAÍS

Numa conferência de imprensa realizada em 23.5.2013, Vítor Gaspar, com aquele ar convencido que o caracteriza, afirmou solenemente: *“Chegou o momento do investimento. Repito, depois do ajustamento chegou o momento do investimento”*. E a medida que, segundo ele e Álvaro Santos, também presente, determinaria o milagre seria uma dedução no IRC, por investimentos até 5 milhões realizados até ao fim deste ano, de 20% do valor investido até ao máximo de 70%. Esta medida, segundo estes ministros, poderia determinar que a empresa pagasse, nos anos em que conseguisse aproveitar a dedução máxima permitida pela lei a ser publicada, mas que ainda não foi, uma taxa de IRC de apenas 7,5%. E com base em tal incentivo fiscal Vítor Gaspar e o governo esperam que o milagre surja, ou seja, que o investimento dispare assim como a criação de emprego.

Mas uma coisa são as previsões/desejos fantasiosos de Vítor Gaspar e do governo, que já estamos habituados, e outra coisa muito diferente é a economia real. Para que o leitor possa avaliar se é ou não mais uma mentira de Vítor Gaspar e do governo para enganar a opinião pública, é importante ter presentes os seguintes factos e dados oficiais.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que já existe em Portugal o crédito fiscal com uma redução na taxa de IRC muito semelhante à agora anunciada pelo governo, e que isso não provocou um milagre a nível de investimentos, nomeadamente estrangeiro. A diferença é que a norma que existe aplica-se a investimentos superiores a 5 milhões €. Por ex., a Petrolgal no investimento que realizou na renovação das refinarias obteve um crédito fiscal de 190,6 milhões €, ou seja, teve uma redução no IRC a pagar naquele montante; a Embraer, um grupo brasileiro, nos investimentos que realizou em Portugal obteve um crédito fiscal (redução) de 61,9 milhões € a nível de IRC. E mesmo com tais benefícios fiscais o investimento não disparou.

Mas será que a carga fiscal, e nomeadamente a atual taxa de IRC, é o obstáculo mais importante ao investimento em Portugal? Os gráficos seguintes retirados do Relatório do Banco de Portugal de 2012 respondem a essa questão.

Gráfico 1 – Taxa de utilização da capacidade produtiva e fatores que impedem o investimento



Fonte: Comissão Europeia.

Fonte: INE (Inquérito ao Investimento).

Nota: Os resultados apresentados para cada ano têm por base o Inquérito ao Investimento publicado em Julho.

Como mostra o gráfico da esquerda, em 2011 menos de 75% da capacidade produtiva do país estava a ser utilizada (e a situação atual é certamente mais grave), portanto, em Portugal a capacidade produtiva é já excessiva para a atual procura agregada solvente tanto interna e como externa (não para as necessidades, nomeadamente internas). Por outro lado, e como revela o gráfico da direita, o principal fator limitativo que impede atualmente o investimento em Portugal, de acordo com os próprios empresários, é a *“deterioração das perspetivas de venda”*, as quais se agravaram de uma forma contínua entre 2010 e 2012, sendo no último

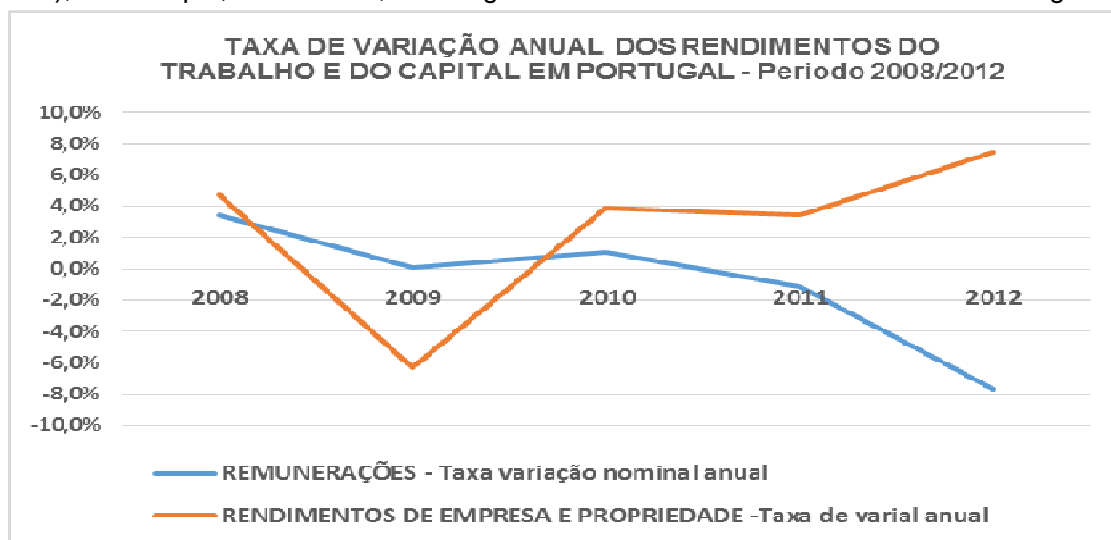
ano indicado por mais de 65% dos empresários para não investir. É esclarecedor que, entre as razões apresentadas pelos empresários para não investir, não apareça a carga fiscal, e muito menos o IRC. Vítor Gaspar e Alvaro Santos ao procurar criar a ilusão de que com o “supercrédito fiscal”, como a despropósito o Secretário de Estado de Assuntos Fiscais chamou, se verificaria uma inversão na situação de quebra continuada do investimento, estavam a substituir a realidade pelos desejos o que apenas mostra a sua incompetência ou então tinham o propósito de enganar a opinião pública. Toda esta trama torna-se mais clara quando se analisam as previsões oficiais do investimento em Portugal. Na proposta de alteração do Orçamento do Estado de 2013 que o governo apresentou em 31.5.2013 prevê, para este ano, mais uma redução no investimento (FBCF) de -7,6% (a OCDE prevê uma quebra de -10,6%), portanto o próprio governo não acredita no que diz. Em 2014, a OCDE prevê nova quebra. E isto, quando o investimento diminuiu em 2010/2012 mais de 30%.

Uma das causas mais importantes que está a levar à quebra brutal e continuada do investimento em Portugal, referida pelos próprios empresários, é precisamente a quebra na procura agregada determinada pela redução do consumo. Esta redução é causada pela diminuição do poder de compra da população, do consumo e do investimento público.

Perante tal situação, como pode o governo ter a “lata” de afirmar, como fizeram Vítor Gaspar e Álvaro Santos, que espera que o investimento aumente agora significativamente com a simples introdução do crédito fiscal, quando o governo aumenta enormemente os impostos, como afirmou Vítor Gaspar, que reduz significativamente o rendimento disponível das famílias, chegando ao ponto de insistir em criar, como consta da proposta de orçamento rectificativo apresentado, um imposto de 5% sobre o subsídio de doença e de 6% sobre o subsídio de desemprego o que significa um corte de quase 180 milhões € por ano no rendimento dos desempregados, e de mais de 20 milhões € por ano no rendimento dos trabalhadores atingidos pela doença. As próprias previsões do governo constantes da proposta de alteração do OE-2013 que acabou de apresentar apontam para mais uma redução, em 2013, do consumo privado em -3,2% e de -4,2% no consumo público. E a OCDE que acabou de apresentar novas previsões para Portugal, prevê que a procura interna diminua -5,1% em 2013, e -1,5% em 2014. E isto depois da procura interna ter diminuído em Portugal em 2011-2012, ou seja, com a “troika” e com o governo PSD/CDS, mais de 12%.

APÓS A ENTRADA DA “TROIKA” E DO GOVERNO PSD/CDS, E MESMO COM CRISE, AS DESIGUALDADES AUMENTARAM EM PORTUGAL

O gráfico seguinte, construído com dados do Relatório do Banco de Portugal de 2012 (pág. 112), mostra que, com a crise, as desigualdades aumentaram ainda mais em Portugal.



FONTE: Relatório do Banco de Portugal – 2012

Segundo o próprio Banco de Portugal, após a entrada da “troika” e do governo PSD/CS, verificou-se um aumento acentuado dos rendimentos de empresa e propriedade (Capital) e uma quebra significativa das remunerações nominais, sendo a quebra das remunerações reais muito maior. E isto porque o Estado transformou-se num instrumento de agravamento das desigualdades, na medida que suga os rendimentos aos que menos têm (trabalhadores, pensionistas, desempregados) para os dar aos credores, poupando os rendimentos do capital.

Eugénio Rosa – edr2@netcabo.pt, 2.6.2013